

Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)

INTRODUÇÃO

Contrastando com toda a restante história do Partido Comunista Português, os anos da I República, entre 1921 e 1926, estão documentados com um conjunto de fontes que permitem reconstituir com algum rigor a história do Partido. Tal deve-se, em primeiro lugar, ao facto de o Partido ser então legal e poder, por isso, exercer livremente a sua acção, publicar os seus órgãos de imprensa e publicitar as suas posições. No entanto, não são apenas as condições de legalidade — excepcionais na história do Partido — que tornam possível documentar este período. Na realidade, dispomos de abundante material público, facilmente acessível nos jornais, para questões internas que noutros países e partidos são de mais difícil acesso e só penosamente se revelaram aos historiadores. No caso português, a razão para tal «abertura» documental, ocorrida ao fio dos próprios acontecimentos, não se pode isolar das condições peculiares da formação do Partido e de uma intensa tradição de debate público no movimento operário português. Estas circunstâncias tornaram difícil transformar o PCP num partido como os outros, instaurando nele uma prática centralista, com um consequente secretismo de todos os aspectos da actividade interna. Tal só aconteceu com a passagem à clandestinidade e, ainda mais eficazmente, depois da «reorganização» de 1940-41.

Entre as fontes ao nosso dispor encontra-se uma imprensa partidária que, pelo menos até 1925, retrata a vida interna da organização, chegando a entrar em polémica entre si e revelando fracturas e contradições do Partido. Mas mais importante do que a imprensa partidária são as notícias que membros, grupos e a própria direcção do Partido publicam em *A Batalha*, beneficiando quer do carácter diário do jornal, quer da sua audiência junto do operariado, ou da sua independência — e hostilidade... — face ao PCP. Em particular para a luta de fracções de 1923, *A Batalha* é uma fonte excepcional, quase que um diário da vida do Partido.

A somar à imprensa, e na ausência da preservação dos arquivos partidários e da quase inexistência de relatos autobiográficos de membros do Partido, há que acrescentar uma razoável documentação preservada nos arquivos do funcionário da Internacional Comunista Jules Humbert-Droz,

* Escola Secundária de Vila Nova de Gaia,

que esteve encarregado do PCP nos anos de 1923-24. Para além de documentos do próprio Humbert-Droz, está aí conservada correspondência com Carlos Rates e Caetano de Sousa, relevante para o conhecimento da crise de 1923 e da situação do PCP à data do seu I Congresso.

MEMBROS DO PCP E DA JC

Com base nesta documentação realizámos um levantamento dos membros do PCP, da Juventude Comunista e de outras organizações dependentes do Partido, recolhendo embriões de fichas biográficas que, de algum modo, nos permitem traçar um retrato do PCP nos anos da I República. O objectivo desta comunicação é fornecer aos interessados na história do Partido uma introdução, com certeza ainda precária, ao conhecimento de quem eram os primeiros comunistas portugueses. Como acontece inevitavelmente neste tipo de trabalhos, os resultados obtidos em termos numéricos são provisórios e serão alterados com o progresso do conhecimento do conjunto do movimento operário durante a I República.

Recolhemos referências a 430 nomes (ver lista em anexo), cuja distribuição pelas organizações partidárias é a seguinte:

[QUADRO N.º 1]

Organização	Número de membros	Percentagem
PCP	295	68,6
JC	63	14,4
JC-PCP	21	4,8
Ignorado	51	11,8
Total	430	100

Os nomes que constam da lista que elaborámos são os referidos nas fontes da época, em particular na imprensa, como sendo membros do Partido por fazerem parte das suas organizações, nelas assumirem cargos, serem delegados a congressos ou reuniões partidárias e assinarem abaixo-assinados sobre questões partidárias. Foram igualmente tidas em conta as referências a prisões de comunistas, com interesse particular para a JC, e as notícias de expulsões.

Dado que não se conhece que tenha sobrevivido qualquer cadastro partidário desta época, é provável que esta lista seja mais representativa dos membros mais activos, dos dirigentes, do que da base do PCP. De qualquer modo, pensamos que tal distinção não tem muita importância, pelo menos para o PCP, dado que se trata, a partir de 1923, dum partido sem bases, constituído por «notáveis», em que a possibilidade de se ter um cargo na estrutura da organização era quase inevitável. Para além disso, por razões que adiante se anotam, o número de membros referenciado é relativamente elevado, diminuindo as probabilidades de a sua análise conduzir a erradas interpretações. No entanto, para a JC e o PCP de 1921-22, os resultados a que chegámos devem ser generalizados com prudência.

Incluimos nesta lista membros dos Núcleos Sindicalistas Revolucionários, Socorro Vermelho e outras organizações laterais ao PCP sempre que existiam referências a que os membros desses grupos o eram também do Partido. Por razões táticas, existiam nessas organizações membros do PCP que não se apresentavam como tal, do mesmo modo que havia noutros partidos, como a Esquerda Democrática, Partido Radical e Partido Socialista (?), membros encobertos do Partido. Sempre que foi possível confirmar esta dupla filiação, os nomes foram incluídos na lista.

Em termos do número global de membros do PCP, em que percentagem será significativa a nossa lista? Os dados existentes sobre o número de membros do Partido nos anos de 1921-26, embora não coincidentes e parcialmente contraditórios, mostram uma progressiva diminuição dos efectivos posterior a 1923, após um certo crescimento inicial:

[QUADRO N.º 2]

Data	Número de membros
1921	1000 (PCP) 260 (JC)
1922	2900 (dos quais 1702 pagam quotas)
1923 (princípios)	3000
1923 (Novembro)	Cerca de 500
1924	700

Fontes: 1921 — João G. P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Porto, 1976; 1922 — *Protokoll des Vierten Kongresses der Kommunistischen Internationale. Petrograd-Moskau vom 5. November-5. Dezember 1922*, Hamburgo, 1923; 1923 — *Bericht der Executive der Kommunistischen Internationale 15. Dezember 1922-15. Mai 1923*, Herausgegeben vom Sekretariat des EKKL, Moscov, 1923; 1923 — *O Comunista*, n.º 7, de 12 de Dezembro de 1923; 1924 — *Bulletin du Ve. Congrès*, 23, 1924.

Se a estes números e às tendências que eles revelam sobrepusermos os momentos de alteração organizativa, verificamos que cada reorganização faz diminuir o número de membros do Partido. Assim, os números entre 1000 e 3000 membros (este último com certeza já exagerado) representam a primeira fase organizativa, centrada nos centros comunistas, em particular no de Lisboa. Funcionando como clubes políticos na base de sócios, tinham a vantagem de poder associar passivamente um número elevado de membros que, para além da sua inscrição, só lá iam assistir às sessões de propaganda, mas tinham também a desvantagem de impedir a formação de núcleos mais descentralizados e de, por isso, travar o crescimento da organização, uma vez esgotado o primeiro fôlego dos aderentes.

Em 1923, por pressão da Internacional Comunista, a organização parcelava-se em «comunas», com base na divisão administrativa, formando-se federações comunais quando tal se justificasse. Esta forma organizativa era a mais adaptada à participação nas eleições e permitia uma certa descentralização da vida partidária, principalmente em Lisboa. Em 1925, e de novo por intervenção da IC, as «comunas» transformam-se em células, defendendo-se com uma ênfase particular a constituição de células de fábrica. No entanto, até ao princípio dos anos 30, a forma organizativa prevalecente foi ao nível local, de bairro ou de rua, o que se compreende

tendo em conta o nível de desenvolvimento industrial de Portugal, assim como o incipiente recrutamento do PCP no meio fabril.

Um outro factor pode ser relacionado com o número de membros e a evolução organizativa: os diferentes critérios de contagem dos efectivos do Partido. Assim, há que tomar em consideração como número mais significativo para o período anterior ao primeiro congresso (Novembro 1923) o dos 1702 membros que pagam quota, que é, provavelmente, o número mais elevado de membros efectivamente recenseado durante toda a I República. Igualmente é de considerar que os números mais baixos sejam mais exactos, em particular porque oferecem uma clara distinção entre o núcleo de membros reais do Partido e aqueles simpatizantes sobre os quais se pretende ter influência e que, nalguns casos, são contabilizados em números globais. Neste caso, os números referidos para 1923 e 1924 têm a favor da sua exactidão, não só todos os dados sobre o peso e a influência do Partido, como também o facto de serem coerentes com estimativas de fontes muito diversas, incluindo de adversários do Partido.

Não dispomos de números significativos para os anos de 1925-26, se bem que os testemunhos impressionistas da época refiram quer uma estagnação, quer um ligeiro declínio. De qualquer modo, esse declínio não é tão acentuado quanto os números existentes, posteriores ao golpe do 28 de Maio de 1926, parecem revelar. Na realidade, os números de 70 membros em 1928 e de 49 em 1929, se bem que reflectam a crise ocorrida com a ilegalização do Partido, em 1927, traduzem fundamentalmente um critério muito restritivo de contagem que deixou de fora parte considerável dos antigos membros, que mantêm, como se pode ver pela imprensa de 1929-32, relações com o Partido.

Tendo-se em conta estes elementos, o número de 430 membros recenseados, se bem que distribuídos por todos os anos do período em causa, pode ser considerado significativo, no mínimo, de um terço do Partido e, no máximo, de cerca de 80 %. Em relação à JC, já o total de membros compreendidos é relativamente inferior, dado que o período áureo dessa organização é anterior a 1923, data a partir da qual existe a maioria das referências que possuímos. Saliente-se, no entanto, que a distribuição dos membros pelas organizações revela a difícil integração da JC no aparelho do Partido: dos 84 membros da JC recenseados apenas 21 (cerca de 25 %) foram igualmente membros do PCP. A integração da maioria destes membros é tardia e faz-se pela via de organizações laterais ao Partido, como o Socorro Vermelho: 43 % dos membros da JC integrados no PCP são-no por via do Comité Central do Socorro Vermelho, entre 1925 e 1926. Deste modo se reflectiu na vida partidária a crise de 1923, que colocou a JC em confronto com o PCP, levando a maioria dos seus membros a só ingressarem no Partido quando da «bolchevização» preparatória do II Congresso.

Outra característica evidente do PCP na I República é revelada no quadro junto:

[QUADRO N.º 3]

	Número de membros	Percentagem
Homens	426	99
Mulheres	4	0,9

A quase completa ausência de mulheres na organização partidária, se bem que possa ser exagerada pelo critério da recolha de nomes, mostra o carácter masculino do PCP. Este carácter é mais acentuado nos comunistas do que nos anarquistas e mesmo em certos meios sindicais, embora o movimento operário da época fosse predominantemente masculino. Se se tiver em conta que mesmo os membros femininos encontrados o são quase por inerência familiar (trata-se com certeza de filhas ou esposas de militantes que aparecem a ajudar numa festa do Partido), verificar-se-á o nulo papel das mulheres na organização.

A análise dos nomes revela a importância das relações familiares na filiação partidária, em particular para o caso dos irmãos, o que não é incomum na época.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A análise da distribuição geográfica dos membros do PCP (incluindo a JC) revela não só o carácter predominantemente urbano do Partido, como a sua excessiva centralização em Lisboa.

[QUADRO N.º 4]

Localidade	Número de membros	Percentagem
Lisboa	199	46,2
Porto	80	18,6
Beja	9	2
Évora	6	1,3
Coimbra	4	0,9
Aldeia Nova	4	0,9
Moura	4	0,9
Amareleja	4	0,9
Vale do Vargo	4	0,9
Torres Novas	3	0,6
Olhão	3	0,6
Almada	3	0,6
Santarém	3	0,6
Tomar	1	0,2
Amadora	1	0,2
São Manços	1	0,2
Portimão	1	0,2
Ignorados	100	23,2

Mesmo que se considere que as vicissitudes da recolha dos nomes favoreça Lisboa e o Porto, a verdade é que o conhecimento das actividades concretas do PCP, assim como o conhecimento da sua estrutura organizativa, comprovam estes números. No entanto, existiram flutuações com os anos que se revelam nas datas da entrada dos membros do Partido conforme a região e a localidade. Assim, nos primeiros anos de 1921-23, o PCP estava centralizado em Lisboa e tinha herdado alguns círculos de província que vinham da Federação Maximalista Portuguesa: Évora, Almada, Coimbra, Santarém, Tomar e Torres Vedras. Posteriormente a 1923, estes núcleos regionais decaem, sendo substituídos por uma implantação mais estabilizada, a partir de pólos de organização. Estes pólos são funda-

mentalmente três: de Lisboa, para as localidades limítrofes; do Porto, para a Maia, Vila Nova de Gaia e Gondomar; de Beja, para Moura, Aldeia Nova, Amareleja e Vale do Vargo. Em 1925-26, o PCP decaíra, em relação aos anos anteriores, em Coimbra, Ribatejo e Algarve, estagnara em Lisboa e crescia fundamentalmente no Porto e na região de Beja. Durante todo o período de organização do PCP na I República, o grande vazio é Setúbal, onde o Partido nunca conseguiu entrar.

A análise da distribuição geográfica da JC mostra uma ainda mais acentuada concentração nas duas principais cidades do País:

[QUADRO N.º 5]

Localidade	Número de membros	Porcentagem
Lisboa	29	34,5
Lisboa — Beato e Olivais	15	17,8
Porto	13	15,4
Ignorados	27	32,1

Organização mais urbana e centralizada do que o PCP, a JC nunca se estendeu para além das cidades e, embora haja referências, no seu primeiro ano de existência, a hipóteses de alargamento a outras localidades, tal parece nunca ter acontecido. Do mesmo modo, as intenções iniciais de utilizar a JC como via de penetração para o Exército e a Marinha ficaram-se pelas intenções.

COMPOSIÇÃO SOCIAL

A análise da composição social dos partidos políticos é um tema controverso e os critérios utilizados levantam questões metodológicas nem sempre fáceis de resolver. No caso do PCP, um pouco como em todos os partidos comunistas em geral, esta análise, quando feita com rigor, entra muitas vezes em choque com a pretensão ideológica de ser o «partido da classe operária». Já no próprio período que estudámos esta questão era tema de polémica com os anarquistas, anarco-sindicalistas e com os sindicalistas da Confederação Geral do Trabalho. Tal polémica veio a ter uma continuidade dentro do próprio Partido, com a avaliação daquilo que em termos sociais representavam as fracções em conflito em 1923, objecto de uma interpretação retrospectiva de Bento Gonçalves. A história «oficial» veio a acolher a versão de Bento Gonçalves, e assim se fixou uma interpretação determinada do passado: em 1923 estavam de um lado os «burgueses» do PCP e do outro os «proletários» da JC.

Os elementos que recolhemos não são inteiramente satisfatórios quanto à composição profissional e social dos membros do Partido: apenas foi possível identificar em 430 membros as profissões de 134, cerca de 30 % do total. Esta percentagem é ligeiramente superior se se tiver só em conta os membros do PCP (38,3 %) e inferior para os da JC (25 %). Aceitando-se, no entanto, uma análise com mero valor indicativo da composição social, verifica-se que os seus resultados apontam num sentido que é coerente com outra informação existente sobre o Partido.

Salientem-se, porém, outras dificuldades do estudo da composição social, em particular a que advém da imprecisão de algumas designações profissionais. É o caso, por exemplo, da designação «ferroviário», utilizada quer para o pessoal dos escritórios, quer para o da tracção, movimento, oficina e via e obras. Torna-se assim difícil precisar em que classe social incluir o «ferroviário» em causa. Este tipo de problemas é generalizável a outras profissões num mundo ainda em grande parte pré-industrial e artesanal da Lisboa e do Porto dos anos 20.

O quadro seguinte, elaborado com a habitual distinção operários-empregados-intelectuais, ainda hoje utilizada pelo PCP e que tem a vantagem de permitir fazer comparações, revela nítidas tendências da composição social do Partido:

[QUADRO N.º 6]

	PCP + JC		PCP		JC	
	Número de membros	Porcentagem	Número de membros	Porcentagem	Número de membros	Porcentagem
Operários	97	72,3	79	69,9	18	85,7
Empregados	31	23,1	29	25,6	2	9,5
Intelectuais	6	4,4	5	4,4	1	4,7
Total	134	100	113	100	21	100

Assim, é de notar a proletarianização do PCP e da JC, em particular da JC, ainda que no PCP seja relevante a participação dos empregados no comércio, nome utilizado na época para designar principalmente os caixeiros. A participação de intelectuais é, em termos estatísticos, mínima, embora os poucos que existissem tivessem um papel destacado. Os estudantes estão praticamente ausentes, em contraste com o que, logo desde o início dos anos 30, vai começar a suceder. Tendo-se em conta que, nas discussões havidas no momento da fundação do Partido, um dos argumentos fundamentais para a sua necessidade era a de poder agrupar todos aqueles que, não podendo pertencer a um sindicato, apoiavam a revolução, é significativa a ausência de membros de profissões liberais e de intelectuais.

Verificando-se uma maior incidência de determinados grupos profissionais, como sejam os caixeiros, os funcionários públicos e os ferroviários, é possível fazer uma correlação entre certos processos de luta e a radicalização de sectores profissionais, principalmente no período imediatamente anterior à formação do Partido. Tal parece ser o caso dos grupos profissionais referidos: os caixeiros e os ferroviários fizeram greve em 1918 e 1919, os funcionários públicos em 1920.

Partido de caixeiros, arsenalistas, funcionários públicos, alfaiates e ferroviários, o PCP contrasta com os anarco-sindicalistas, que tinham os seus apoiantes entre os metalúrgicos, a construção civil, os operários do mobiliário, do calçado, do couro e peles e os trabalhadores rurais, e com os socialistas, que recrutavam entre os tipógrafos, os têxteis, os trabalhadores dos transportes municipais. No entanto, é possível que esta lista de profissões minimize a participação dos sectores em que o ramo sindical do Partido, os Partidários da Internacional Sindical Vermelha, tinha influência: traba-

lhadores da alimentação, descarregadores, classes marítimas e dos transportes, correios, cortadores, etc. O facto de os sectores sindicais estarem organicamente separados do Partido e de só nos dois últimos anos de vida legal este se ter lançado numa organização com base no local de trabalho fez que permanecesse um feudo dos grupos profissionais que mais relevantes tinham sido na sua formação. É natural também que a maioria daqueles de que não foi possível conhecer a profissão fossem operários,

Profissões dos membros do PCP

[QUADRO N.º 7]

Profissão	Número de membros	Percentagem
Empregados no comércio	16	14,1
Arsenalistas	16	14,1
Funcionários públicos	10	8,8
Ferroviários	8	7
Operários da construção civil ...	8	7
Metalúrgicos	7	6,1
Tipógrafos	7	6,1
Trabalhadores rurais	7	6,1
Alfaiates	6	5,3
Estudantes e intelectuais	5	4,4
Sapateiros	4	3,5
Barbeiros	3	2,6
Padeiros	2	1,7
Encadernadores	2	1,7
Ourives	2	1,7
Pintores	2	1,7
Viajantes	2	1,7
Descarregadores	1	0,8
Empregados de escritório	1	0,8
Carruageiros	1	0,8
Cortadores de carnes verdes	1	0,8
Estucadores	1	0,8
Operários têxteis	1	0,8
Total	113	100

Profissões dos membros da JC

[QUADRO N.º 8]

Profissão	Número de membros	Percentagem
Metalúrgicos	6	28,5
Padeiros	3	14,2
Alfaiates	2	9,5
Barbeiros	1	4,7
Empregados de escritório	1	4,7
Estudantes	1	4,7
Empregados do comércio	1	4,7
Pintores	1	4,7
Sapateiros	1	4,7
Mecânicos em madeira	1	4,7
Encadernadores	1	4,7
Descarregadores	1	4,7
Carvoeiros	1	4,7
Total	21	100

dado que existe um desequilíbrio entre a informação sobre os grupos profissionais, como os empregados no comércio, que dispunham de importantes organizações sindicais ao nível local e nacional, assim como jornais, sendo mais fácil, por isso, referenciar as profissões e outros sectores.

Profissões dos membros do PCP e da JC

[QUADRO N.º 9]

Profissão	Número de membros	Percentagem
Empregados do comércio	17	12,6
Arsenalistas (Exército e Marinha)	16	11,9
Metalúrgicos	13	9,7
Funcionários públicos	10	7,4
Alfaiates	8	5,9
Ferroviários	8	5,9
Operários da construção civil ...	8	5,9
Tipógrafos	7	5,2
Trabalhadores rurais	7	5,2
Estudantes e intelectuais	6	4,4
Sapateiros	5	3,7
Padeiros	5	3,7
Barbeiros	4	2,9
Encadernadores	3	2,2
Pintores	3	2,2
Descarregadores	2	1,4
Empregados de escritório	2	1,4
Ourives	2	1,4
Viajantes	2	1,4
Carruageiros	1	0,7
Carvoeiros	1	0,7
Cortador de carnes verdes	1	0,7
Estucadores	1	0,7
Mecânicos em madeira	1	0,7
Operários têxteis	1	0,7
Total	134	100

A JC, de que infelizmente possuímos dados menos significativos, parece ter uma composição social mais próxima dos anarco-sindicalistas, o que é compreensível, dada a sua origem nas Juventudes Sindicalistas e o facto de a maioria das informações que possuímos datarem dos anos de 1921-23, em que ainda a organização está próxima das origens.

COMPOSIÇÃO SOCIAL DA DIRECÇÃO

Durante a I República participaram na direcção do PCP, pelo menos, 50 pessoas (ver lista em anexo). Consideramos englobada na «direcção» os seguintes corpos directivos do Partido: Comissão Organizadora dos Trabalhos para a Constituição do PCP (Dezembro de 1920); Junta Nacional, Conselho Económico e Comissão Geral de Educação e Propaganda (1.º — Março de 1921; 2.º — Outubro de 1921); Comissão Reorganizadora (Janeiro de 1923); Comité Central do PCP (SIC) (Fevereiro de 1923); Comité Executivo Provisório do PCP (SPIC) (Agosto de 1923); Comissão Central do PCP (eleita no I Congresso, em Novembro de 1923);

Comité Central (eleito no II Congresso, em Maio de 1926). Em todos os casos foi possível obter a constituição do grupo dirigente, com excepção do CC, eleito no II Congresso, cuja composição é parcial e hipoteticamente reconstituída com base em informações dispersas, posteriores ao Congresso.

O processo evolutivo da direcção acompanha, como é natural, a vida do Partido: após uma primeira vaga de nomes, em grande parte «honorários», na Comissão Organizadora, que funcionou durante o processo de três meses de constituição do PCP, forjou-se uma direcção que se mantém até fins de 1922. As lutas internas de 1923 depuram esse grupo inicial, cujo carácter de efectiva direcção do Partido era quase nulo. A partir do I Congresso vai passar a existir uma direcção que, apesar de ser, no seu conjunto, heterogénea, tinha um núcleo capaz de assegurar uma continuidade de quase dois anos — o que, no contexto da época, é uma raridade. Por fim, com a progressiva rarefacção dos militantes iniciais, o II Congresso vai colocar nova gente à cabeça da organização, se bem que, por não conhecermos a composição global do CC, não possamos avaliar até que ponto foi a renovação. O que se pode pressupor é que à frente do Partido estavam os antigos membros da JC, que, após a derrota sofrida em 1923 com a condenação da sua fracção pela IC, tinham sido readmitidos com o novo curso da «bolchevização».

Aquilo que melhor caracteriza a direcção do PCP é o seu carácter sindicalista. Mais do que antigos anarquistas ou anarco-sindicalistas, os fundadores e principais activistas do PCP são sindicalistas, quer activos à data da vida do Partido, quer antigos dirigentes sindicais da geração formada nas lutas de 1910-12 e do imediato pós-guerra. Aquilo que os jovens da JC chamavam a «velhada pacata» dos 60 antigos sindicalistas, «com 15 a 25 anos de serviços», era a coluna dorsal do Partido. Aí estavam representados vários sindicatos pelos seus mais activos e «históricos» elementos: a Associação de Classe dos Empregados do Estado (Sebastião Eugénio, Nascimento Cunha, Teixeira Danton, Utra Machado, Grácio Ramos, Caetano de Sousa, etc.), a Federação Nacional dos Empregados do Comércio (José Corvo, Manuel Maria de Sousa, Francisco Rodrigues Loureiro, João Cabecinha, Augusto Machado, etc.), o Sindicato do Pessoal do Exército (José de Jesus Gabriel, José de Almeida, Silvino Ferreira), Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha (Carlos Araújo, Abel Pereira), Sindicato Único das Classes Metalúrgicas (António Peixe, Raul Baptista, Júlio de Matos), Federação Nacional da Construção Civil (Joaquim Cardoso), Sindicato dos Manufactores de Calçado (Alfredo Monteiro), Associação de Classe dos Operários Alfaiates de Lisboa (Alberto Monteiro), etc. Outros dirigentes do PCP eram activistas sindicais, participando nos congressos das suas classes profissionais e colaborando nos jornais associativos. Esta lista é tanto mais impressiva quanto dela estão excluídos muitos dirigentes dos PISV.

Igualmente significativos eram os dirigentes partidários que eram antigos sindicalistas e que, por motivos vários, entre os quais avulta a ascensão à situação de pequeno industrial ou comerciante, já não o eram à data da sua entrada no PCP. A ascensão social é um traço característico das biografias de muitos membros activos do PCP: Artur Bastos passa de caixeiro a patrão, Joaquim Cardoso abre uma livraria, Eduardo Freitas estabelece-se como pequeno industrial de metalurgia (?), seu antigo ramo profissional, José da Silva Oliveira passa de encadernador a pequeno comer-

ciante e Carlos Rates teve, para assumir os seus cargos partidários, de deixar de ser sócio de duas empresas.

Apesar de tudo isto, a direcção do Partido, no seu conjunto, ainda tinha uma maioria de operários:

[QUADRO N.º 10]

	Número de membros	Percentagem
Operários	18	36,7
Empregados	14	28,5
Intelectuais	4	8,1
Ignorados	13	26,5
Total	49	100

No entanto, em relação ao conjunto do PCP, a composição social da direcção revela a maior importância relativa dos empregados. Aqui pode estar a raiz das acusações de «burgueses» dirigidas retrospectivamente aos membros do Partido na I República. Saliente-se, porém, que, neste caso, como na generalidade dos quadros anteriores, a maioria dos «ignorados» são provavelmente operários, o que puxaria com mais nitidez um dos pratos da balança.

[QUADRO N.º 11]

	Conjunto do PCP (percentagem)	Direcção do PCP (percentagem)
Operários	69,9	50
Empregados	25,6	38
Intelectuais	4,4	11

Durante todo este período de 1921-26 não parece ter havido alterações substanciais na composição dos diferentes corpos directivos, embora, nos últimos anos, o número de intelectuais tenha diminuído e o dos empregados tenha tido um ligeiro aumento.

TRAJECTOS POLÍTICOS

Este predomínio de sindicalistas no PCP conduz-nos a uma reavaliação das ideias dominantes sobre o papel da Federação Maximalista Portuguesa como organização precursora do Partido. Assim, verifica-se que a passagem pela FMP não é, em termos de percurso sindical e político, o traço biográfico mais característico da maioria dos membros do Partido, mas sim o activismo sindical. É evidente que no movimento operário português da época dificilmente se pode falar em duas carreiras alternativas, uma sindical e outra política, mas o que é certo é que o perfil ideológico do membro da FMP é distinto do do militante sindicalista. Assim, a FMP recrutou fundamentalmente nos meios anarquistas, nos círculos da província, nos sectores radicalizados mais em termos ideológicos do que sociais. Os seus

aderentes estavam mais próximos dos anarquistas do que dos comunistas, em particular a partir do momento em que os dois campos se demarcaram.

Se a FMP forneceu a via de entrada para o comunismo a alguns antigos anarquistas, o seu número acabou por ser relativamente pequeno: numa amostra de 122 membros da FMP só 22 aparecem na lista de membros do PCP que elaborámos, ou seja cerca de 18 % do total. Embora, em termos absolutos, haja mais membros do PCP que foram membros da FMP do que membros do Partido Socialista — outra pequena e, às vezes, ignorada fonte de recrutamento —, a verdade é que o seu número é pouco significativo. O seu peso ainda seria mais relativizado se se tivesse em conta outra componente biográfica quase sempre obscurecida na vida dos militantes da época: a que os fazia ingressar nas fileiras políticas republicanas pela via do «revolucionarismo civil», da Maçonaria e da Carbonária, ou de um persistente posicionamento radicalizante, próximo dos anarquistas intervencionistas. Como se sabe, parte dos «namoros» do PCP ao Partido Radical e à Esquerda Democrática foram feitos por militantes com relações pessoais forjadas no «revolucionarismo civil», na antiga Carbonária dos anarquistas, nas lutas contra os monárquicos, ou nas conspirações de Machado Santos.

No caso da JC, as origens iniciais são mais homogéneas: membros cisionistas das Juventudes Sindicalistas e das Juventudes Socialistas. Trata-se, em ambos os casos, de cisões ocorridas em grupo, em reuniões agitadas, que fizeram transitar para a nova organização uma parte substancial dos membros de alguns núcleos das Juventudes Sindicalistas de Lisboa e a maioria(?) das Juventudes Socialistas. A homogeneidade do recrutamento correspondia uma maior homogeneidade ideológica: a JC trouxe para o Partido uma tradição de extremismo social e político, alicerçado numa prática marginal e violenta, a que não era alheia a criminalidade, os atentados bombistas e a eliminação dos adversários.

Para o PCP entraram antigos e actuais sindicalistas, anarquistas por via da FMP, alguns socialistas e, por via das suas juventudes, jovens sindicalistas e socialistas — mas, em 1926, muita desta gente tinha saído ou estava a sair. Alguns elementos biográficos permitem-nos mostrar o trajecto político típico das saídas, ou, num pequeno número de casos, das expulsões do Partido. A esmagadora maioria dos seus membros, ao abandonar o Partido abandonou também a actividade política e entrou para um anonimato que as circunstâncias políticas posteriores ao golpe de 1926 tornam difícil de perscrutar. A repressão ao movimento operário da Ditadura e do Estado Novo impede-nos de saber até que ponto este abandono da actividade política foi forçado ou correspondia a uma atitude típica de uma geração de militantes, que, de algum modo, se gastara nos últimos vinte anos. Alguns casos pontuais de colaboração com o regime salazarista, como o de Carlos Rates, revelam o papel que a tentação corporativa teve nalguns dirigentes operários.

No entanto, as saídas do PCP durante a I República são significativas das proximidades ideológicas da sua base de recrutamento com outros partidos e organizações políticas. Até 1923, período de ruptura e transformação, a maioria das saídas são inorgânicas — trata-se de activistas cujo radicalismo se manifesta no clima de agitação do pós-guerra, indistintamente nos jornais sindicalistas e anarquistas, nos grupos de afinidade, nas sessões de propaganda, e que estão no PCP como estariam em qualquer outra organização «avançada». O processo de demarcação ideológica com os anar-

quistas e com a CGT faz sair do Partido muitos destes aderentes da primeira hora.

Mas, a partir de 1923, o PCP já se pretende mais um partido, no sentido tradicional da palavra, e menos um grupo ideológico e de propaganda. As suas relações tendem a ser interpartidárias, realizando-se acordos com o Partido Socialista, o Partido Radical e a Esquerda Democrática. Sessões comuns, participação eleitoral conjunta e, mais decisivamente, conspirações comuns selam relações nas quais está presente também a competição organizativa e a infiltração. Com o passar dos anos, esta competição roubava ao PCP militantes e dirigentes, em particular para o Partido Radical e para a Esquerda Democrática. Pelo contrário, as relações do PCP com um Partido Socialista então muito enfraquecido e «complexado» pela Revolução Russa e pela IC faziam-se a partir de uma relação de força por parte dos comunistas, o que explicará talvez porque é que não houve muitas saídas do PCP para o PS.

Por seu lado, a JC conhecia uma evolução diferente. Após sofrer, num período inicial da sua vida, um processo de demarcação semelhante ao do PCP, o seu maior radicalismo e extremismo defenderam-na melhor da competição com os sindicalistas e anarquistas. Paradoxalmente, foi com o próprio PCP que a JC se teve de defrontar, primeiro em meados de 1923, ao tentar tomar a direcção do Partido; sofreu, em seguida, as sucessivas tentativas dos dirigentes do PCP de criarem uma organização de juventude alternativa à existente. Alguns jovens abandonaram então a direcção rebelde da JC para ingressarem no Partido. No entanto, foram sempre uma minoria e, como referimos atrás, a JC permaneceu fundamentalmente como uma organização independente, que só em 1925-26 começa a regressar ao Partido, então numa base de força. O grande fruto organizativo(?) da JC foi a célebre Legião Vermelha, grupo terrorista no qual é difícil distinguir o que na realidade existiu do que a Polícia inventou como pretexto repressivo contra o movimento operário. Aí se queimaram as esperanças revolucionárias que, nos momentos iniciais, animaram a JC e conduziram alguns jovens à morte e muitos outros à prisão e à deportação.

CONCLUSÕES

De 1926 a 1929, tudo o que caracterizava o PCP desde a sua fundação vai desaparecer quase completamente, não deixando a ninguém qualquer herança substancial que valesse a pena reivindicar. Três causas são fundamentais na crise do Partido: o golpe do 28 de Maio, a «bolchevização» acelerada de 1925-26 e o *impasse* das políticas tradicionais da direcção de Carlos Rates. O golpe do 28 de Maio aniquilou o Partido, não tanto pela repressão em si — que só ocorreu em termos eficazes mais tarde —, mas sim pela alteração do contexto ideológico e político em que este crescera e em que formara os seus militantes. O golpe militar e a repressão iriam tornar definitivo o processo de «bolchevização» que, contra tudo e contra todos, se vinha a fazer e assegurava assim a mutação ideológica e política que prenuncia o novo tipo de militante dos anos 30: ainda um radical, como o foi a JC, mas disposto a substituir o debate pela disciplina e a aceitar já com mais facilidade as viragens políticas. Não é ainda o «estalinista» perfeito, produto que no caso português só a «reorganização» de 1940-41 vai trazer, mas já compreende melhor o primado das soluções

administrativas e burocráticas, começa a assimilar o «espírito de partido» e a colocar o Partido acima de valores de fidelidade ao conjunto do movimento operário que os militantes dos anos 20 temiam desrespeitar. Por fim, não menos importante e interligada com as duas últimas razões, foi a falência, nas eleições de 1925, da política da direcção Rates. Este e os homens da sua geração e formação tinham acreditado que a Revolução Russa punha aos pés do Partido a Revolução Portuguesa e que bastava haver uma lista de decretos revolucionários e um governo para os executar para que Portugal ficasse soviético. Como Rates escreveu os decretos, constituiu governo e se propôs como o Lenine português e «ditador operário» e, apesar de tudo isso, nada sucedeu, alguma coisa havia de estar mal. Para resolver esse mal, a direcção do PCP, aliada aos radicais, participou em todas as tentativas de *putsch* ocorridas em 1924-25, escrevendo para a IC a dizer que a Revolução Portuguesa estava eminente. A IC, pouco convencida, respondia que não bastava haver as condições objectivas, pois faltavam ainda as subjectivas, e que o Partido não estava capaz de tomar o poder, aconselhando, ao mesmo tempo, a participação nas eleições em aliança com a Esquerda Democrática. Estas eleições, ocorridas em plena crise interna do PCP, sucessivamente adiadas ao longo do ano, restringido cada vez mais o número de candidatos comunistas, resultaram num fracasso quase total. Esgotado o capital de entusiasmo e radicalização que a Revolução Russa tinha deixado, perdida no meio dos golpes, das alianças, das eleições, a esperança na Revolução Portuguesa, envelhecidos os homens e pouco preparados para as condições de luta da clandestinidade, acabava assim o seu papel histórico uma geração de militantes operários. Na realidade, no fim do PCP da I República está prefigurado o esgotamento da geração de 1910 — vinha aí o «sangue novo» que um comunicado da JC pedia em 1925, escrevendo, ao mesmo tempo, a réquie pela «velhada pacata de quem a burguesia não tem muito a recear» e concluindo: «Oxalá a nova geração seja melhor do que a nossa, que bem precisa de ser renovada.»

BIBLIOGRAFIA

1 — JORNAIS

- Bandeira Vermelha* (Lisboa, 1919-21).
Bandeira Vermelha (Porto, 1925-26).
A Batalha (Lisboa, 1919-27).
O Comunista (Lisboa, 1921, 1923-26).
O Trabalhador Rural (Beja, 1925).

2 — ARTIGOS E LIVROS

- Siegfried Bahne (organizador), *Archives de Jules Humbert-Droz — II — Les Partis Communistes des Pays Latins et l'Internationale Communiste dans les Années 1923-1927*, no prelo.
 N. Dupuy, «Carta aberta aos camaradas portugueses», in *O Comunista*, n.º 27, de 14 de Fevereiro de 1925.
 Carlos da Fonseca, *Le Origini del Partito Comunista Portoghese*, sep. de *Movimento Operário e Socialista*, n.º 19, de 1973.
 Bento Gonçalves, *Palavras Necessárias — A Vida Proletária em Portugal de 1872 a 1927*, Porto, Inova, 1974.
 «Jovens comunistas», in *O Comunista*, n.º 33, de 9 de Maio de 1925.
 José Pacheco Pereira, «Bento Gonçalves revisitado», in *Diário de Notícias* de 11 de Dezembro de 1979.

«O PCP na Primeira República», in *Diário de Notícias* de 13 de Maio de 1980.
 «O PCP na Primeira República depois de 1923», in *Diário de Notícias* de 27 de Maio de 1980.

João G. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*
 I. *A Construção do Partido (1.º Período 1919-1929)*, Porto, Afrontamento, 1976.

José Carlos Rates, *A Ditadura do Proletariado*, Lisboa, 1920.

José Silva, *Memórias de Um Operário*, Porto, 1971.

ANEXO 1

Lista de membros do PCP na I República (1921-26)

J. Abeleira	Raul Baptista
António Fernandes Abrantes	Décio Beirão
Álvaro de Abreu	Diogo Bernardes
Gregório Alves de Abreu	Joaquim Bizarro
Luís José Abreu	Ernesto Bonifácio
Augusto José Afonso	José Pereira Botelho
Augusto Nunes Afonso	João Brás
Júlio Dias Afonso	Faustino Bretes
Joaquim Ferreira Albuquerque	João Ferreira Cabecinha
José Aleluia	Maria do Cabo
Adriano de Almeida	Acácio Cabral
Emílio Teixeira de Almeida	Manuel Caetano
José de Almeida	Júlio António Caixinhas
José de Almeida	Leopoldo Calapez
Manuel Guilherme de Almeida	José dos Santos Callet
Eduardo Alves	José Ferreira Campinho
Ernesto Alves	Alexandre Sobral Campos
Fausto Calado Alves	Américo Cândido
Mário Alves	João Luís Cardoso
Júlio Martins Amaro	Américo Cardador
José da Mota Amorim	Aníbal Barbosa Cardoso
Neves Anacleto	António Cardoso
Américo Antelo	Armando Cardoso
José Antunes	Francisco Vicente Cardoso
Apolino Leite Meneses Aragão	Gaudêncio Cardoso
Carlos Araújo	Joaquim Cardoso
Camilo Araújo	Manuel Ferreira Cardoso
Cardoso Araújo	Mário Cardoso
Fernando Carvalho de Araújo	Tácito Cardoso
Alexandre Assis	V. Ferreira Cardoso
Martinho da Assunção	António Silva Carlos
Acácio Augusto	Mário Augusto Carlos
António Augusto	Alberto Carneiro
Estêvão Azenha	Felizardo António Carujo (ou Corujo)
Ângelo Azevedo	Fernando Carvalhais
Jaime de Azevedo	António de Carvalho
Manuel de Azevedo	Joaquim Luna de Carvalho
João Faustino Baço	José Abrantes Castanheira
António de Campos Baltazar	Guilherme de Castro
Bernardo Gonçalves Bandeira	Álvaro Duarte Cerdeira
José Pires Barreira	Francisco José Chagas
Luís Maria Calheiros Barreto	José dos Santos Chichorro (ou Chicharo)
Artur Baptista Vieira Bastos	António Coelho
F. Bastos	Arnaldo de Sousa Coelho
J. Valentim Bastos	Manuel de Assunção Correia
Xavier Bastos	José Corvo
Daniel Neto Batalha	António Moreira da Costa
António Nunes Baptista	Jerónimo Costa

Jorge da Costa
 José Gomes da Costa
 José M. M. Costa Júnior
 Manuel Andrade da Costa
 Manuel Jorge da Costa
 Manuel da Silva Costa
 Mário Correia da Costa
 David Fernandes da Cruz
 M. Cruz
 Vieira da Cruz
 João Luís Nascimento Cunha
 Ramos da Cunha
 António Teixeira Danton
 Joaquim Diamantino
 Alfredo Dias
 Carlos Guedes Dias
 Raul Santos Dias
 Leonel Dinis
 Francisco Augusto Direitinho
 Lourenço Domingos
 Adão Maria Duarte
 Felicidade dos Prazeres Duarte
 Felner Duarte
 J. Duarte
 Sebastião Eugénio
 Amândio Falcão
 José Faria
 Pedro Teixeira Faria
 José Fateixa
 Francisco António Fazenda Júnior
 David Fernandes
 E. Augusto Fernandes
 Henrique Fernandes
 Adriano Ferreira
 Délio Ferreira
 H. Augusto Ferreira
 Joaquim Ferreira
 Josué Ferreira
 Manuel Ferreira
 Paulo Ferreira
 Silvino Augusto Ferreira
 Álvaro Mendes Fialho
 António Silva Fidalgo
 Adriano Duarte Figueiredo
 Edmundo Figueiredo
 Manuel de Figueiredo
 Ramiro Augusto de Figueiredo
 José dos Santos Flecha
 Francisco da Costa Flórido
 Joaquim Henriques da Fonseca
 Marques Fonseca
 Domingos Ferreira Fontes
 António Pinto França
 Joaquim Francisco
 Carlos Freire
 Eduardo César da Silva Freitas
 Eduardo Olímpio da Beleza Frias
 António dos Santos Fulgado
 José de Jesus Gabriel
 José António Galrito
 António Garcia
 Mariano Carvalho Garcia
 Afonso Henriques Germano
 Domingos Godinho
 Joaquim José Godinho

Reinaldo Ferreira Godinho
 José António Góis
 Artur Correia Gomes
 Francisco da Silva Gomes
 João Gomes
 José Gomes
 Leandro Gomes
 Fausto Gonçalves
 Francisco Gonçalves
 Gil Gonçalves
 José Faustino Gonçalves
 José Maria Gonçalves
 Pascoal Gonçalves
 Ramiro Gonçalves
 António Rodrigues Graça
 António Guedes
 Adriano Guerra (ou Garcia)
 António S. Guerreiro
 Aurélio da Cunha Guimarães
 António Henriques
 José Madeira Henriques
 Artur Inácio
 Manuel João
 Armando Joaquim
 João Joaquim
 Raul Lavado
 Epifânio Alexandre Leal
 Luís Moreira Lemos
 Aurora da Liberdade
 Abílio Artur Alves de Lima
 Cristiano Lima
 Justiano Linhares
 Filipe Lisboa
 António Lopes
 Rodrigo Gonçalves Lopes
 António Louçã
 Francisco Rodrigues Loureiro
 Armando Lourenço
 Sebastião Lourenço
 António Luís Júnior
 Francisco Luís
 Júlio Luís
 Augusto Machado
 Augusto Teles Utra Machado
 Bernardino Baptista Machado
 José Madeira
 Manuel Mafra
 António José Magalhães
 Henrique Magalhães
 António Magina
 José Marceneiro
 José Maria
 António Augusto Marques
 Benjamim Marques
 Carlos Marques
 Jacinto Augusto Marques
 Joaquim Marques
 José Augusto Marques
 Armando Martins
 José Serafim Martins
 José Tomás Martins
 Manuel António Martins
 Conde Matos
 Júlio Ferreira de Matos
 Correia de Melo

José Melo
 Américo J. Mesquita
 Eduardo Henrique Lima Metzner
 Augusto Brito Miranda
 Manuel Miranda
 Mário Moleiro
 Alberto Monteiro
 Alfredo Monteiro
 António Monteiro
 Joaquim Gomes Monteiro
 António Moreira
 António Joaquim Moreira
 João Moreira
 Sofia Moreira
 Francisco António Moreno
 Fernando Mota
 José Moutinho
 Amantino (ou Diamantino?) Nascimento
 Adriano José Neto
 António Ferreira Neto
 José da Maia (ou Mira?)
 Alberto Júlio das Neves
 Eugénio das Neves
 Gambetta das Neves
 Joaquim Nogueira
 Pascoal Nogueira
 Leonildo Novais
 António Nunes
 João Augusto de Oliveira
 Joaquim Pedro de Oliveira
 José Manuel Oliveira
 José da Silva Oliveira
 Maria José de Oliveira
 Luís Soares Pacheco
 Domingos Paiva
 Francisco Esteves Passos
 J. Baptista Pato
 José dos Santos Paz
 Joaquim Vicente Pedroso
 Manuel Pedroso
 António G. Pegado
 António Peixe
 Augusto Peixinho
 Eduardo Peixoto
 Manuel Joaquim Peluqueiro
 Pereira Júnior
 Abel Pereira
 Ângelo Pereira
 António Pereira
 Araújo Pereira
 Campos Pereira
 Carlos Alberto Pereira
 Domingos Pereira
 Faustino Pereira
 Guilherme Casas Pereira
 Joaquim Leandro Pereira
 José Maria Pereira Júnior
 José Pereira
 José Pereira
 Júlio Pereira
 Luís António Pereira
 Manuel Joaquim Pereira
 Manuel Pereira
 Francisco Santos Pessegueiro
 Raul Fernandes da Piedade

Manuel Ambrósio Pierre
 Artur Curcínio (ou Crucino) Pimenta
 Jorge da Silva Pinheiro
 Maximiniano Pinheiro
 Raul Augusto Pinheiro
 Artur dos Anjos Pinto
 Domingos Pinto
 Felisberto (Fernando?) Henriques Pinto
 José Pinto
 Júlio (José?) Borges Pinto
 António Jacinto Pires
 Manuel Gervásio Pires
 Maximiniano Pires
 Manuel Plácido
 Ludovico Príncipe
 Alexandre Pulquério
 António Almeida Pulquério
 Francisco Ferreira Quartel
 Manuel Ferreira Quartel
 Augusto Nunes Quintas
 Anastácio Gonçalves Ramos
 António Ramos
 Armando Ramos
 Grácio Ramos
 José Ramos
 Manuel Ramos
 José Carlos Rates
 Francisco Rato
 António Maria Rebelo
 Júlio Silva Rego
 José Augusto dos Reis
 José Pereira Reis
 Agostinho Branco Relvas
 Eduardo Relvas
 Artur José Ribeiro
 José Ribeiro
 Manuel Ribeiro
 Rodrigo Ribeiro
 João Pereira do Rio
 Dinis Rocha
 Augusto Gonçalves Rodrigues
 Caetano Rodrigues Júnior
 João Manuel Rodrigues
 Joaquim Rodrigues
 Joaquim Rodrigues
 José Madeira Rodrigues
 José Rodrigues
 Júlio Rodrigues
 Manuel Rodrigues
 Manuel Romeirinho
 Fernando Roque
 Manuel Francisco Roque Júnior
 Alexandre Rosado
 Rui Sacramento
 António Saint-Martin
 António Sales
 Salvaterra Júnior
 José Sanches
 Adelino dos Santos
 Aníbal dos Santos
 António Domingo dos Santos
 Armando dos Santos
 Avelino dos Santos
 Bernardino Joaquim dos Santos
 Emídio José Ferro dos Santos

Gil Pereira dos Santos
 João Pedro dos Santos
 João dos Santos
 José Eugénio dos Santos
 José Francisco dos Santos
 José Pinto dos Santos
 José Rodrigues dos Santos
 José Tavares dos Santos
 Josias Nogueira dos Santos
 Manuel dos Santos
 Raul Pinto dos Santos
 Joaquim Seabra
 Frederico Sena
 Matias José Sequeira
 Gastão Sérgio
 Ângelo da Silva
 Aníbal da Silva
 António Pinheiro da Silva
 Francisco da Silva
 Joaquim Silva
 José Maria da Silva
 José da Silva
 Júlio Duarte da Silva
 Leonardo António Silva
 Luciano Silva
 Manuel Botelho da Silva
 Manuel Torcato da Silva
 Mário Correia da Silva
 Paulo da Silva
 Sebastião Marques da Silva
 Manuel Quaresma Simão
 Sebastião Simões
 Emídio Augusto Soares
 Estêvão Gomes Soares
 João Soares
 José Ribeiro Soares
 José Soares

José Soares
 Vasco Soares
 Manuel Jesus Soeiro
 Alfredo de Sousa
 António de Sousa
 Demétrio Pinheiro de Sousa
 Francisco Pereira de Sousa
 Henrique Caetano de Sousa
 J. Vítor de Sousa
 José de Sousa
 Manuel Maria de Sousa
 Miguel Sousa
 Bernardo Tainha
 António Tavares
 Bazílio Tavares
 Manuel Tavares
 Arnaldo Teixeira
 Fausto Teixeira
 Gil Teixeira
 José de Sousa Teixeira
 Jacinto Torcado
 A. Ferreira Torres
 Eduardo Faria Torres
 Manuel Ferreira Torres
 Jerónimo Toucinho
 José Sebastião Trindade
 Augusto Santos Valdês
 Aníbal Vasconcelos
 Fernando Barbosa Vasconcelos
 Joaquim H. (ou L.?) Vasconcelos
 José Martins Ventura
 Francisco Viana
 Agostinho Vidal
 Manuel de Abreu Vieira
 António Vilaça
 José Luís Henrique Vilaça
 Querubim Vilas Boas

ANEXO 2

Direcção do PCP (1921-26)

1. COMISSÃO ORGANIZADORA DOS TRABALHOS PARA A CONSTITUIÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA (Dezembro de 1920)

Manuel Ribeiro
 Sobral Campos
 Campos Lima
 João de Castro
 Carlos Rates
 António Peixe
 Nascimento Cunha
 Joaquim Cardoso
 Alberto das Neves

Raul Baptista
 Júlio de Matos
 Vítor Martins
 Sebastião Eugénio
 Aníbal de Vasconcelos
 Eduardo Metzner
 José Corvo
 Araújo Pereira
 Carlos Araújo

2. CORPOS DIRECTIVOS (Março de 1921)

Junta Nacional:

José Maria Gonçalves
 Manuel Maria de Sousa

Alberto Júlio das Neves
 Caetano de Sousa
 Fernando Barbosa Vasconcelos

Comissão Geral de Educação e Propaganda:

Manuel Ribeiro
Sobral de Campos
António Peixe
Teixeira Danton
Augusto José Afonso
João Cabecinha
Raul Baptista
Caetano de Sousa

Conselho Económico:

José Carlos Rates
António Peixe
José de Jesus Gabriel
Amantino Nascimento
Leonardo A. Silva
José de Almeida
Manuel dos Santos

3. CORPOS DIRECTIVOS (Outubro de 1921)

Junta Nacional:

Alberto Júlio das Neves
Bernardino dos Santos
Fernando Barbosa
João Nascimento da Cunha
Henrique Caetano de Sousa («secretário da Junta»)

Augusto José Afonso («secretário da Comissão»)

Eduardo Metzner
H. Caetano de Sousa
João Ferreira Cabecinha
Manuel Ribeiro

Comissão Geral de Educação e Propaganda:

Sobral de Campos
António Peixe
António Teixeira Danton
Raul Baptista

Conselho Económico:

António Peixe
José de Almeida
J. Carlos Rates
José de Jesus Gabriel
José Maria Gonçalves
Manuel dos Santos
Alberto Júlio das Neves

4 COMISSÃO REORGANIZADORA (Janeiro de 1923)

José Maria Gonçalves
J. Carlos Rates
César Nogueira

Sebastião Eugénio
José de Jesus Gabriel

5. COMITÉ CENTRAL DO PCP (SIC) (Março-Maio de 1923)

Caetano de Sousa
J. Pires Barreira
Aníbal de Vasconcelos

José de Sousa («secretário-geral»)
António Monteiro

6. COMITÉ EXECUTIVO PROVISÓRIO DO PCP (SPIC) (Agosto-Novembro de 1923)

J. Carlos Rates
J. Nascimento da Cunha
Utra Machado
Cristiano Linhares

Alfredo Monteiro
Abel Pereira
J. Pires Barreira

7. COMISSÃO CENTRAL (I Congresso: Novembro de 1923)

J. Carlos Rates (mais tarde «secretário»)
Artur Vieira Bastos
Raul Lavado
Alberto Monteiro
Francisco Rodrigues Loureiro
Grácio Ramos

Salvaterra Júnior («delegado da zona norte»)
Manuel Martins («delegado da zona sul; dos rurais»)
António Rodrigues Graça («para as cooperativas»)

8. COMITÉ CENTRAL (II Congresso: Maio de 1926)

Augusto Machado
José de Sousa(?)
Silvino Ferreira(?)

Manuel Pilar(?)
Júlio Dinis(?)
Sobral Campos(?)